

DISTORÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO LICENCIADO EM GEOGRAFIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITABUNA (BA)

DISTORTION BETWEEN THE FORMATION AND THE PERFORMANCE OF THE LICENSED IN GEOGRAPHY AT THE PUBLIC SCHOOLS OF THE ITABUNA CITY (BA)

Ailton Rodrigues Damaceno Filho

Licenciado em Geografia. Especialização em ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Liliane Matos Góes

Licenciada em Geografia. Mestrado em Geografia pela Universidade de Campinas (UESC/UNICAMP).

Lurdes Bertol Rocha

Socióloga. Doutora em Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional. Professora adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

RESUMO: O presente trabalho analisa as causas que levam muitos licenciados em Geografia a lecionarem disciplinas diferentes das quais foram preparados para atuar, bem como, levantar uma discussão em torno das estratégias formuladas por eles para dar conta de disciplinas fora de sua área de formação. Verificamos, neste estudo, quais as disciplinas que mais apresentam essa problemática e as leis que dão suporte a tal prática. Assim, buscamos elementos que justifiquem a hipótese de que a qualidade deste processo fica comprometida com a atuação de professores sem a formação necessária. Para isso, foram entrevistados professores e diretores de escolas, secretarias de educação e o colegiado de Geografia da UESC. Esperamos contribuir para o desenvolvimento de uma discussão que viabilize novas propostas para a solução deste empecilho educacional, dando mais um passo na busca da tão sonhada e discutida qualidade da educação.

Palavras-chave: atuação do licenciado em geografia, qualidade do ensino em Itabuna, educação.

ABSTRACT: *The present work intends to analyze the causes that take many Geography licensed to actuate in others disciplines, just as, to rise a discussion around the teacher's formulates strategies in order to accomplish the activities: the disciplines that more show this problematic, the laws that sustain this practice. In this purpose it's necessary to search elements to justify the hypothesis that this process quality becomes implicated with the non-adequate formation teachers' actuation. Therefore, the descriptive method was used based on dialectic theoretical/methodological presupposed, been interview some teachers and school directors, just as the UESC's collegiate coordinator minister. Thus so we hope to contribute with the development of a discussion that viability new proposal to resolve this problem, giving another pace to the dreamed education quality.*

Keywords: *performance of the licensee in geography, quality of education in Itabuna, education.*

INTRODUÇÃO

Muitos são os trabalhos e estudos que buscam analisar, discutir, explicar e apresentar soluções para os problemas existentes no processo de formação de professores de Geografia e sua prática de ensino. Entretanto, um aspecto importante e presente no cotidiano desses profissionais não vem sendo foco de atenção nos estudos científicos, como também é atribuída pouca importância à temática, no meio acadêmico, durante o período de formação desses professores. Referimo-nos à questão de muitos licenciados em Geografia, após o período de preparação para o trabalho docente direcionado para os assuntos relacionados à disciplina de sua formação, serem submetidos à atuação em outras

disciplinas, como por exemplo, Geografia, História, Sociologia, Filosofia e Artes. Esta realidade é uma forma de complementação da carga horária de trabalho. Essa prática pode incorrer numa “ruptura entre significado e sentido, tornando o trabalho do professor alienado, comprometendo ou descaracterizando a atividade docente” (BASSO, 1998, p. 19).

Essa inquietação motivou o desenvolvimento desta pesquisa, cujo objetivo consiste em analisar e discutir a realidade de licenciados em Geografia que atuam em outras disciplinas nas escolas públicas da rede municipal e estadual da Educação Básica da cidade de Itabuna (BA). Nesta perspectiva, buscamos levantar questões referentes às causas que levam os licenciados a essa prática, as principais dificuldades enfrentadas por eles para contemplar os conteúdos de outras áreas, as estratégias para o desenvolvimento deste trabalho e a legislação que dá suporte a essa prática.

A hipótese levantada para embasar esta pesquisa questiona se a qualidade da prática de ensino, resultante desse processo, fica comprometida quando professores atuam em disciplinas nas quais não tiveram a devida formação, tendo-se em vista que:

[...] O ideal é que se tenham docentes com formação avançada para atuar num nível de educação onde são definidos os valores e as condições básicas para o aluno apreender o conhecimento mínimo e laborar a visão estratégica imprescindível a compreender o mundo, intervir na realidade e agir como sujeito crítico (CARNEIRO, 1998, p. 50).

A cidade de Itabuna, localizada no sul do estado da Bahia, corresponde à nossa área de análise. Nesta cidade, foram selecionadas três escolas da rede estadual e uma da rede municipal, todas de grande porte, localizadas em áreas distintas, englobando o atendimento de bairros bastante populosos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa visam a contribuir para uma discussão da temática no meio acadêmico, possibilitando uma adequação do curso de Geografia à realidade encontrada pelos profissionais de ensino no momento de sua inserção no mercado de trabalho.

Localização geográfica e agentes envolvidos

A área de estudo compreende a cidade de Itabuna, localizada no sul do estado da Bahia, mais especificamente na região chamada Litoral Sul, a qual faz limite com: Ilhéus, Buerarema, São José da Vitória, Itajuípe, Ibicaraí, Jussari, Itapé e Barro Preto (**figura 1**). O município, criado em 1908, tem 204.667 habitantes, representando 1,46% da população do Estado, sendo 199.643 habitantes na cidade e 5.024 habitantes no campo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

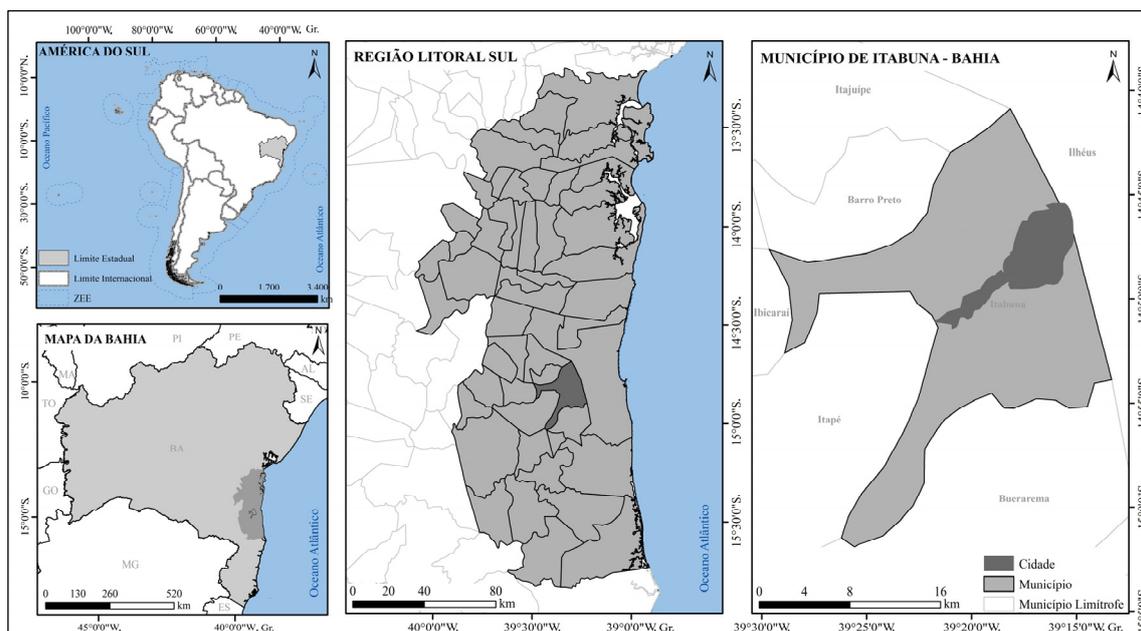


Figura 1 - Localização do município de Itabuna. Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2008) e VLIZ Maritime Boundaries (2009).

Este é o espaço geográfico onde estão inseridas as instituições educacionais que foram integrantes desta pesquisa: Secretaria de Educação Municipal de Itabuna, responsável por 97 escolas no contexto urbano e 36 escolas no rural; a Diretoria Regional de Educação (DIREC 7), responsável por coordenar vinte e uma escolas no município de Itabuna; o Colegiado do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e por fim, três instituições de ensino da rede estadual de ensino e uma escola da rede municipal.

O colégio modelo Luís Eduardo Magalhães foi uma dessas escolas e está situado na Avenida Antônio Carlos Magalhães, s/nº, bairro Lomanto Júnior. É integrante da rede estadual de ensino e atende a um número aproximado de 1.200 alunos, nos três turnos, oriundos de bairros como: Lomanto Júnior, Odilon Pinto, Manoel Leão, Ferradas, Nova Ferradas, Urbis 4 e outros em menor número.

A segunda escola foi o colégio estadual Dona Amélia Amado, localizado na avenida Presidente Kennedy, s/nº, bairro São Caetano, integrante da rede estadual de ensino, atendendo a um número de 2.100 alunos do bairro São Caetano, bem como, de outros como: Sarinha Alcântara, Jardim Primavera, Banco Raso, Pedro Jerônimo, Jaçanã, Novo Jaçanã.

A terceira escola foi o colégio estadual Eraldo Tinoco, localizado na avenida Manoel Chaves, nº 2200, bairro São Caetano. Também é da rede estadual de ensino e atende a um número de 960 alunos dos bairros: São Caetano, Banco Raso, Pedro Jerônimo, Maria Pinheiro e Daniel Gomes.

O colégio municipal Flávio Simões, localizado na rua Nova, s/nº, bairro Califórnia, foi a quarta escola a fazer parte deste estudo; é integrante da rede municipal de ensino, atendendo a uma demanda de 948 alunos dos bairros: Califórnia, Santa Inês, Monte Cristo e Nova Califórnia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para auxiliar no desenvolvimento do trabalho, foi utilizado o método descritivo, pois nosso objetivo principal baseia-se na investigação, registro e análise das questões relacionadas à temática da distorção entre formação e atuação docente.

Para contemplar esse trabalho de campo foram produzidos quatro formulários de entrevistas com perguntas semi-estruturadas e questões abertas, com o objetivo de identificar a visão de personalidades que ocupam distintos cargos no contexto educacional. Os representantes entrevistados foram o vice-diretor, o coordenador pedagógico da área de humanas, e dois diretores, pois esses fazem parte da gestão direta do corpo escolar, influenciando na dinâmica administrativa dos assuntos relacionados aos professores e, conseqüentemente, dos alunos dessas instituições.

Também foram selecionados para realização desta pesquisa quatro professores licenciados em Geografia, dos quais dois atuam no ensino fundamental (6º ao 9º anos) e dois no ensino médio (1º ao 3º anos) de escolas da rede pública, estadual e municipal, da cidade de Itabuna. Todos enfrentam a tarefa de ensinar disciplinas de outras áreas como forma de complementação da carga horária, o que é chamado no meio administrativo educacional de **“alocação de professor”**.

Buscamos, também, levantar informações complementares, como leis que regulamentam essa prática, número de escolas no município, formas de complementação, prejuízos para o processo ensino-aprendizagem e possíveis soluções junto a dois representantes, sendo um da Secretaria Municipal de Educação de Itabuna e outro da Diretoria Regional de Educação (DIREC 7).

Por entendermos que se faz necessária uma maior integração entre a academia e o ensino básico, foi inserida, também, nesta pesquisa, a participação do colegiado do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz, com o

propósito de investigar a ocorrência de preocupações e discussões acerca dessa temática no meio acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um panorama da situação

Muito se discute nos cursos de licenciatura em Geografia e, provavelmente, em outros cursos de formação de professores, sobre os problemas existentes no processo de ensino-aprendizagem nas escolas de nível fundamental e médio. Esses problemas estariam relacionados à falta de motivação, interesse, ou até mesmo da falta de conhecimento dos conteúdos referentes à disciplina, por grande parte dos profissionais que estão na área. Isto influenciaria diretamente na autonomia do professor que, por não se encontrar preparado, torna-se refém do livro didático, frequentemente a única ferramenta auxiliar das aulas expositivas em muitas escolas, o que desmotiva os alunos.

Esse último aspecto já faz parte dos discursos e justificativas dos docentes em atividade, que atribuem o resultado negativo da aprendizagem, principalmente à falta de interesse dos alunos, às deficiências estruturais e materiais das escolas, desvalorização da classe, baixos salários, inexistência de plano de carreira, carga horária excessiva, falta de incentivo à qualificação.

Neste trabalho, buscou-se analisar outro aspecto muito presente no cotidiano das salas de aula da cidade de Itabuna, mas ainda pouco abordado, que diz respeito ao desvio entre a formação do professor e a atuação em sala de aula, ou seja, licenciados que passam entre quatro anos ou mais dentro da universidade estudando, analisando, debatendo, pesquisando, desenvolvendo trabalhos e metodologias de ensino em sua área específica de estudo. Porém, quando formados e inseridos no mercado de trabalho, principalmente na educação pública, passam a atuar em disciplinas diversas, para as quais não estão devidamente capacitados, contrariando o que está regulamentado no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394:

[...] A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) retrata as intenções do legislador no que diz respeito à qualificação dos profissionais de ensino, dada a importância desta atividade para a formação crítica dos indivíduos.

Sabemos que a formação superior não é suficiente e nem vem sendo garantia para uma prática pedagógica de qualidade, pautada no conhecimento e domínio dos conteúdos, na autonomia do professor, na atualização constante desses, na aplicação de novas metodologias, ou mesmo coerência da teoria com a prática cotidiana dos alunos, aspecto importante e constatado na pesquisa de Batista & Bezerra (2002, p. 123), para quem “os alunos revelam o interesse em estudar, analisar e tentar explicar questões voltadas aos processos desencadeados na realidade da sociedade em que vivem”. Dessa forma, se imaginarmos que alguns professores licenciados em Geografia estão encontrando dificuldades em desempenhar, com qualidade, as práticas pedagógicas de sua área de formação, podemos supor, certamente, que o grau de dificuldade é elevado com a realização de seu trabalho em outras disciplinas que compõem sua carga horária.

Ainda, analisando a formação superior:

[...] É de fundamental importância para a formação do professor a relação ensino-pesquisa, pois através da pesquisa o professor poderá apreender e aprender os processos de produção do conhecimento em sua área específica (DINIZ, 2000, p. 43).

Esse é outro aspecto importante sobre a formação docente, pois trata da necessidade de uma formação superior baseada na relação ensino-pesquisa, viabilizando a transformação realizada em sala de aula, pelo professor, de um conhecimento científico que seja acessível aos alunos da educação básica, pois, “ensinar é, antes de mais nada, fabricar artesanalmente os saberes tornando-os ensináveis, exercitáveis e passíveis de avaliação no quadro de uma turma, de um ano, de um horário, de um sistema de comunicação e trabalho” (DINIZ, 2000, p. 44).

Diante disso, cabe perguntar: como o professor de Geografia poderá compreender o processo de construção e produção do conhecimento de uma disciplina pela qual não teve a devida formação? Ou mesmo, como poderá desempenhar um bom trabalho quando, na realidade, não tem conhecimento da epistemologia da ciência e a história do ensino da disciplina com que trabalha?

Por isso, a prática de ensino de muitos docentes que atuam em áreas diversas à sua formação acaba se constituindo em prática de reprodução do livro didático, de módulos de ensino e outros artifícios que apresentam abordagens estáticas sendo, algumas vezes, até materiais de qualidade crítica; mas, compartilhando da opinião de Santos (2000, p. 74),

“a utilização de livros didáticos que sigam uma linha crítica, não é suficiente sem a mudança de postura do professor, seguida da valorização profissional”.

Nesta perspectiva, a mudança de postura do professor passa primeiramente pela sua valorização, sendo essa entendida além das reivindicações tradicionais como, salário, condições de trabalho, carga horária e outras; em seguida, pela atuação do profissional na área específica de sua formação, pois essa medida, além de atender ao que regulamenta a própria legislação, constituir-se-ia numa valorização da classe como, também, um sinal de respeito por todos os agentes envolvidos no processo da educação.

O colegiado do curso de Geografia da UESC

De acordo com a coordenadora do colegiado do curso de Geografia, o fato de professores atuarem em disciplinas diferentes das quais foram preparados ocorre, principalmente, pela defasagem no número de professores contratados para o exercício da docência no Brasil, que não acompanha a demanda educacional do país. Segundo a mesma, essa situação é consideravelmente ampliada por uma questão econômica, por fazer com que professores, não apenas de Geografia, mas de outras disciplinas, sujeitem-se à complementação da carga horária com uma disciplina para qual não foram formados, sob pena de redução de seus vencimentos proporcionalmente com a carga horária disponível para sua disciplina em uma determinada instituição.

Neste sentido, ela tem conhecimento dessa prática e sinaliza uma preocupação com a realidade, mas deixa claro que o objetivo do curso é formar professores de Geografia, por isso a orientação é centrada na pesquisa, estudo e desenvolvimento de práticas relacionadas à disciplina. Conforme a Resolução nº 7 da UESC (2005), o curso de Geografia tem o objetivo precípua de “capacitar e formar um profissional educador na área específica da Geografia, possibilitando seu desenvolvimento intelectual e criativo nos aspectos sócio-pedagógicos capazes de promover uma prática educativa que forme sujeitos autônomos e transformadores”.

Assim, a direção do colegiado de Geografia vê essa realidade como negativa para o processo de ensino-aprendizagem, porém necessária por questões econômicas, não sendo responsabilidade do curso os prejuízos decorrentes dessa situação.

Quanto ao compromisso do curso de Geografia com a educação básica, ela considera relevante o fato de se formar licenciados com essa afinidade, bem como, a existência de uma adequação do currículo do curso com disciplinas da área pedagógica, objetivando aproximar mais o futuro docente das práticas educacionais e, com isso, da

educação básica. Mesmo com essa visão, o colegiado pontua que as estratégias traçadas podem não ser totalmente eficazes, mas existem.

Parece-nos, porém, que esta afinidade é quase inexistente, pois não observamos uma efetiva relação entre os conteúdos teóricos e técnicos e as práticas pedagógicas que deveriam ser aplicados na educação básica, ou seja, percebe-se a necessidade de um ensino acadêmico que mostre, para os licenciandos, o que deverão fazer, quais os conteúdos de maior interesse dentro de uma determinada disciplina, e como deverão fazer para atuar em sala de aula, quando da aplicação dos conteúdos pertinentes a cada ano do ensino fundamental e médio. A esse respeito, Freire (2001, p. 520) declara: “a tarefa do professor é a de ensinar e não a de transferir conhecimento”, no entanto, o que observamos, na academia, é um trabalho mais próximo do “transferir conhecimento” distanciando, assim, a universidade da educação escolar, que é o foco principal de um curso de licenciatura.

Esse aspecto é analisado pelo colegiado como de difícil solução, pois muitos dos professores que ensinam nas academias não tiveram experiência na educação básica. Dessa forma, os conteúdos trabalhados durante a formação acadêmica são relacionados apenas a métodos científicos, não levando em conta a necessidade de apresentar como transformar o conhecimento científico em conhecimento escolar.

A respeito da existência de linhas de discussões no sentido de se preparar o profissional de Geografia para essa realidade, a coordenadora informa que existe ou pelo menos deveriam existir essas discussões nas aulas de Estágio Supervisionado. Entretanto, o que se observa, com base em relatos de discentes e ex-discentes do curso de Geografia da UESC, é que, na prática, não ocorrem discussões nem orientações referentes à realidade apresentada neste trabalho.

Secretaria de educação municipal de Itabuna

Como forma de elucidação de dúvidas que permeiam o universo administrativo das escolas, foram realizadas entrevistas com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Itabuna e da Diretoria Regional de Educação (DIREC 7). Na primeira instituição, entrevistamos a diretora do departamento de educação básica do município de Itabuna.

No que diz respeito à caracterização da área de responsabilidade da secretaria municipal, fomos informados que são integrantes da rede 97 escolas na cidade e 36 no

campo, onde atuam em torno de 1.300 professores nos ensino médio e fundamental, atendendo a uma demanda próxima de 28.000 alunos nos três turnos.

Em relação às escolas da rede estadual, a municipal apresenta maior quantidade de professores atuando em disciplinas para as quais não foram formados. Isso acontece porque a estrutura educacional do município está baseada na organização em ciclos de formação, prevista na LDB, artigo 23, no qual se lê que:

[...] A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

Com base nesta organização a diretora não considera existir a prática de desvio entre formação e atuação docente, pois, os professores ingressam na rede consciente dessa realidade. Entretanto, acreditamos que essa situação não invalida a realidade da atuação desses profissionais em outras disciplinas, já que o professor aprovado para ensinar na área das ciências humanas deverá trabalhar em disciplinas como Geografia, História, Sociologia, Filosofia e outras.

Torna-se complicado considerar que não há nesta situação um desvio entre formação e atuação. Sabemos que se trata de ciências afins, mas cada uma com sua especificidade e com necessidades teóricas e metodológicas diferenciadas e, no caso da ciência geográfica, faz-se necessário “além dos conceitos básicos fundamentais, também habilidades que fazem parte do específico da disciplina, tais como observar, descrever e analisar paisagens, ler e compreender mapas, saber construir mapas” (CALLAI, 2003, p. 70).

A nosso ver, esse é um ponto crucial da questão: cada ciência apresenta características próprias e estas só são estudadas com profundidade nos cursos específicos. Não foi por acaso que houve a extinção dos cursos de Estudos Sociais, que licenciavam profissionais para atuação nas áreas de História e Geografia. Essa divisão foi fruto da constatação que não se habilitavam bons profissionais nem para uma ciência, nem para outra, refletindo diretamente no trabalho docente desses professores.

Nesta perspectiva, é de se questionar a visão da diretora do departamento de educação básica do município de Itabuna, quando não considera essa prática prejudicial ao processo de ensino–aprendizagem, pois como postula Callai (2005, p. 237) “fazer a análise geografia significa dar conta de estudar, analisar, compreender o mundo com o olhar espacial”. Se essa tarefa não é tão simples para os professores de Geografia que tem como objeto de seu estudo o espaço geográfico, podemos imaginar que as dificuldades serão

ainda maiores para os que trabalham com outras ciências que, como já mencionamos, apresentam objetos de estudos distintos.

Diretoria Regional de Educação (DIREC 7)

Nossa entrevistada exerce a função de técnica da programação escolar, sendo responsável pela organização da grade de horário dos professores da rede estadual de ensino na região de competência desse órgão.

A DIREC 7 admite a existência de professores que atuam em sala de aula, fora de sua área de formação, considerando, tal prática, como prejudicial ao processo de ensino-aprendizagem, sendo alvo de constantes discussões e projetos para sua eliminação. A professora analisa essa situação como algo bastante complexo e com diversas causas, tais como, a falta de profissionais formados para determinadas áreas, a inexistência de carga horária completa para disciplinas específicas nas instituições, a necessidade da inserção dos professores nas duas redes (estadual e municipal), etc. Outro aspecto que ela chama a atenção está relacionado aos proventos do professor, pois caso ele não tenha sua carga horária completa, não receberá seu salário integralmente. A falta de ética profissional, em alguns casos, também é um dos aspectos sinalizados pela diretoria.

Segundo a DIREC 7, o que dá legitimidade a essa prática de alocação de professores em disciplinas diversas é o Estatuto do Magistério (2002), em seu artigo 93:

[...] Quando houver extinção de disciplinas ou excedente de professores em determinada disciplina, far-se-á o aproveitamento dos docentes titulares em disciplina ou em atividades análogas ou correlatas, considerada a respectiva habilitação pessoal mediante curso de atualização, aperfeiçoamento ou especialização.

Observa-se a legitimação da prática, atribuindo maior importância ao aspecto de carga horária em detrimento da formação do professor, mas sinaliza para que sejam disciplinas correlatas ou que o professor seja habilitado se tiver necessidade de atuar em disciplinas fora de sua formação específica.

De acordo com informações, em Itabuna quase não se tem esse quadro, exceto para as disciplinas da área de exatas, bem como as de Filosofia, Sociologia, Artes e Religião, por não haver profissionais concursados em quantidade suficiente. Essas disciplinas eram atendidas pelos pedagogos. No entanto, atualmente, estão sendo direcionados para os setores de coordenação e administração pedagógica das escolas. É informado ainda, que há apenas dez professores de Filosofia na área de responsabilidade desta secretaria, e nenhum professor de Sociologia e de Artes com formação superior para

tais áreas. Nesses casos os profissionais das áreas de Humanas assumem essas disciplinas.

Para esses casos a DIREC 7, segundo nossa entrevistada, disponibiliza como forma de proporcionar condições para o trabalho desses docentes alocados em outras disciplinas, cursos de formação continuada, *sítes* e livros fornecidos para a aquisição dos conhecimentos necessários para contemplar os assuntos das disciplinas alocadas. É importante salientar que esses cursos são disponibilizados pelo Estado, mas as despesas com transporte, alimentação e hospedagem são custeadas pelos interessados, o que resulta em um pequeno número de participantes.

Na rede estadual de ensino, existem outras estratégias de complementação da carga horária, como o desenvolvimento de projetos curriculares que atendam às necessidades dos alunos e estejam vinculados ao currículo. Esses projetos deverão passar por análise da Secretaria Estadual de Educação e, se aprovados, o Estado estabelecerá o tempo que o professor terá para a realização do trabalho proposto no projeto. Entretanto, grande parte dos professores, de acordo com a entrevistada, não demonstra interesse na realização desses projetos. Outra maneira de complementação está relacionada à atividade de articuladores de áreas, ou na atuação em outras unidades escolares. Essa última alternativa também não é bem aceita pelos docentes, quer seja por questões econômicas, ou mesmo por comodidade. Faz-se necessário pontuar que existem casos onde o professor quer atuar em outras unidades, mas não há carga horária para ele.

Neste sentido, a entrevistada deixa claro que, em grande parte, o desvio entre a formação e a atuação ocorre por que o próprio professor não se interessa por outras formas de complementação. Entretanto, a nosso ver, um aspecto importante seria o desenvolvimento de outras possibilidades, pois o professor com o salário que recebe e o excesso de trabalho, característico dessa profissão, não pode ser penalizado com reduções de salários, gastos excedentes com transportes, desgastes físicos e outros. Talvez, um piso salarial digno resolvesse muito desses aspectos referentes à distribuição de carga horária durante os turnos diversos em uma única unidade escolar para o professor. Essa possibilidade, entretanto, em nenhum momento foi cogitada pela representante dessa secretaria.

Assim, na visão da DIREC 7, a atuação de professores formados em áreas específicas é de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem, já que o embasamento teórico e metodológico proporcionados pelos cursos superiores, promoverão uma maior autonomia do profissional, resultando em aulas mais dinâmicas e interessantes para os alunos.

Rede estadual de ensino

Analisaremos aqui os resultados coletados nas entrevistas realizadas com a direção das escolas. Esses dados nos dão uma noção do posicionamento desses agentes educacionais, no que diz respeito às suas concepções acerca dessa problemática. Assim, os representantes das três escolas da rede estadual apresentaram dados bem semelhantes, esclarecendo que esse desvio ocorre por conta de uma incompatibilidade entre número de turmas, número de professores, distribuição de carga horária e falta de profissionais formados em determinadas áreas, como já havia diagnosticado a responsável pela DIREC 7 e a coordenadora do colegiado de Geografia, quando pontuaram a defasagem no número de professores do Estado e até mesmo no país.

Quanto às disciplinas para as quais mais faltam professores, os dados também foram parecidos, sendo em primeiro lugar as das áreas de Exatas (Matemática, Física, Química), seguidas pelas de Humanas (Sociologia, Artes, Filosofia), fato também já mencionado pela DIREC 7, referindo-se à falta de profissionais para essas disciplinas na rede. Essa situação é considerada como negativa para o processo de ensino-aprendizagem na opinião das escolas e dos professores. A respeito dos critérios para a alocação dos professores em outras áreas, as escolas seguem os estabelecidos na distribuição de carga horária do professor efetivo, orientado pela DIREC 7, que está baseado no Estatuto do Magistério (2002), onde se lê: “a distribuição da Carga Horária do Professor em sala de aula obedecerá prioritariamente: a formação profissional; maior tempo de serviço em regência na unidade escolar; nível mais alto na Carreira; assiduidade”.

Quanto à tarefa de seleção e direcionamento dos professores para as disciplinas nas três escolas é realizada pela direção e coordenação pedagógica. Entretanto, em nenhum dos casos o professor é obrigado a assumir outra disciplina, mas, caso não aceite, terá a responsabilidade de buscar outras atividades para o preenchimento de sua carga horária, seja com a escola, os colegas, ou a Secretária de Educação.

Referindo-se a outras formas de complementação dessa carga horária, ficou claro que as três instituições seguem o modelo estabelecido pela Secretaria de Educação do Estado, sendo esse, os já referidos projetos curriculares, articulação de áreas e o deslocamento para outras unidades escolares. Mas, de acordo com os entrevistados essas medidas não vêm sendo contempladas pelos docentes.

Por fim, na análise desses gestores, essa prática se constitui em prejuízos para o processo de aprendizagem dos alunos, já que, na maioria dos casos, falta aos profissionais o embasamento teórico que lhes proporcionarão a autonomia necessária para o planejamento e desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.

Os professores

Quatro professores foram entrevistados: o primeiro deles, concluiu seu curso em 1999, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e já acumula uma experiência de quatorze anos de atuação no magistério. Atualmente, tem uma carga horária de quarenta horas no estado, subdividida nos turnos matutino e noturno, nos quais ministra aulas de Geografia e História. Esse docente utiliza as tardes das quartas, quintas e sextas-feiras, para a atualização e planejamento de suas aulas.

O segundo professor concluiu o curso em 2001, também pela UESC, e atua a nove anos na área de ensino. Trabalha em duas escolas, com quarenta horas no estado e vinte na rede privada. Ministra aulas de Geografia e Filosofia na escola pública e trabalha nos três turnos, tendo sua folga nas quartas-feiras, utilizadas para o planejamento de suas aulas.

O terceiro professor formou-se há oito anos na UESC e atua a dez anos na rede estadual. Tem carga horária semanal de 40 horas distribuída em duas escolas, nos turnos matutino e noturno, utilizando as tardes e os finais de semana para estudo e planejamento de suas aulas. Realiza seu trabalho em três disciplinas: Geografia, História e Artes.

O quarto professor já é formado há oito anos pela UESC e apresenta o mesmo tempo de atuação do professor anteriormente citado. Atualmente, desenvolve quarenta horas em duas escolas, nos turnos vespertino e noturno, lecionando as disciplinas de História e Geografia. Utiliza as madrugadas para estudar e preparar suas aulas por uma questão de gosto e adaptação.

Nosso primeiro questionamento está relacionado ao motivo pelo qual os docentes ministram aulas em disciplinas para as quais não foram formados. O primeiro nos informou que isso ocorre por dois motivos: a necessidade da unidade escolar onde trabalha e sua afinidade com a disciplina de História. O segundo professor disse ser, inicialmente, como forma de ajudar um colega, concedendo-lhe parte de seus horários na disciplina de Geografia naquela escola. Dessa maneira foi necessária a complementação com a disciplina de Filosofia, a qual ministra há quatro anos. Já o terceiro ministra aula em outra disciplina para o cumprimento de sua carga horária, atuando em História e Artes. Por fim, o quarto professor, trabalha com a disciplina de História por trabalhar em uma rede que está organizada em ciclos de formação.

Quanto ao posicionamento acerca de resultados negativos com essas práticas para o processo ensino-aprendizagem, os dois primeiros professores acreditam ser muito relativo, dependendo da responsabilidade e interesse do profissional, pois ambos acreditam desenvolver bons trabalhos nas disciplinas para as quais não são formados. O terceiro

professor acredita que essa prática resulta em prejuízos para o processo de ensino, como também, para os profissionais e o quarto professor não vê conseqüências negativas com essa prática.

Como observamos, dos quatro professores, apenas um considera essa prática como negativa. Entretanto, um segundo professor, apesar de não ver essa alocação em outra disciplina como negativa, logo em seguida, relata não serem suficientes as estratégias utilizadas para dar conta dos conteúdos. Fica explícita a falta de embasamento teórico na disciplina que ministra, fato que atinge diretamente as turmas sob sua responsabilidade.

Como estratégias para contemplar os conteúdos de outras disciplinas, o primeiro professor utiliza a permuta de idéias com os colegas de outras áreas nas Atividades Complementares (ACs), que é coletivo, bem como a utilização de livros, *internet* e, sempre que possível, a participação em seminários. O segundo professor utiliza textos da Revista Mundo Jovem, livros de Filosofia e a *Internet*, conseguindo, segundo ele, desenvolver um trabalho crítico e mais próximo do cotidiano dos alunos, fato que resulta em elogios em sala de aula. O terceiro professor realiza, segundo ele, muitas leituras a respeito dos assuntos a serem trabalhados e o quarto professor utiliza livros específicos e a *internet*. Dois desses professores julgam essas medidas suficientes para o desenvolvimento de um bom trabalho, porém os outros dois afirmam não serem essas leituras satisfatórias para um trabalho com autonomia e qualidade.

Quanto à orientação passada no momento inicial do trabalho com outras disciplinas, observamos que, na primeira escola, existe maior preocupação, sendo que a coordenação pedagógica passa, segundo informações do entrevistado, toda a orientação e material, marcando reuniões com o professor da área e o que está chegando, como forma de troca de informações. No segundo caso, o professor foi orientado pela coordenação pedagógica a fazer uma leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no que se refere à disciplina que deveria ministrar. O terceiro professor informa que parte da direção uma orientação no sentido da realização de pesquisa e estudo na área da disciplina alocada. Já o quarto professor relata que, por se tratar de ciclo de formação, a escola entende não necessitar orientações para os profissionais contratados, já que esses já ingressam na rede consciente das disciplinas que por ventura irão trabalhar.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados alcançados por essa pesquisa, feita no início de 2009, tornou-se possível fazer algumas considerações no sentido de responder a determinadas inquietações acerca da temática, tais como, causas, maiores dificuldades de adequação dos

professores e suas estratégias, disciplinas que mais necessitam de complementação, embasamento legal para tal prática e outros aspectos.

Dessa maneira, pontuamos que o problema existe e todos os entrevistados, com exceção da diretora do departamento de educação básica do município de Itabuna e os demais atores pertencentes à rede municipal de ensino, acreditam resultar em consequências negativas para o processo de ensino-aprendizagem.

As causas dessas alocações estão relacionadas, principalmente, com aspectos econômicos e de falta de professores nas redes, sendo necessário o estabelecimento de um piso salarial maior e a contratação, através de concursos, de mais profissionais. As formas de complementação da carga horária não vêm sendo contempladas por grande parte dos profissionais, fato que sinaliza a necessidade de outras medidas.

O Estatuto do Magistério se constitui na base legal para o estabelecimento dessa prática, mas a orientação do Estado está direcionada para sua eliminação e, neste sentido, mudanças já estão acontecendo, sobretudo, nas cidades mais desenvolvidas. Infelizmente, essa não é a realidade constatada na rede municipal de ensino que não vê problemas na alocação de professores em outras disciplinas, desde que sejam da mesma área do conhecimento.

As disciplinas que apresentam maiores necessidade de complementação na área de Humanas são: Artes, Sociologia e Filosofia, por falta de profissionais formados, integrantes dessas redes, ficando essas disciplinas sob a responsabilidade, principalmente, dos professores de Geografia e História. Entretanto, esses docentes não são obrigados a aceitar tal alocação, mas devem criar outras condições para complementação de suas cargas horárias.

No que diz respeito aos professores entrevistados, constatamos que suas maiores dificuldades estão relacionadas à aquisição de materiais didáticos e disponibilidade de tempo para o estudo e planejamento das aulas de outras disciplinas.

Dessa maneira, ficou evidenciado que pouco se tem feito para atenuação da realidade que é apresentada neste trabalho. Felizmente, foi possível constatar que esta é também uma preocupação do Estado, o que pode se constituir num passo importante para o início de discussões que levem a medidas mais eficazes na resolução dessa problemática. Em contrapartida, foi levantado que o Município apresenta um posicionamento favorável à alocação de professores em disciplinas para as quais não foram formados, fato este que nos chama a uma reflexão acerca dos modelos de organização do sistema educacional brasileiro, previstos na própria LDB e que, a nosso ver, ocasionam prejuízos para o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, faz-se necessário que os próprios professores e estudantes dos cursos de Geografia, conscientes, detentores do conhecimento específico de sua disciplina e carregados de autonomia no desenvolvimento do seu trabalho, sejam os principais agentes a discutir e questionar essa temática no seio educacional promovendo, dessa forma, uma reflexão voltada para a eliminação dessa realidade.

REFERÊNCIAS

- BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Caderno Cedes**. Campinas, ano XI, n. 44, abril. 1998.
- BATISTA, I. C. J.; BEZERRA, L. M. **Análise do processo ensino-aprendizagem de Geografia no Ensino Médio**: um estudo de caso no Centro de Integração Social (CISO) em Itabuna (BA). 2002. 162 f. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia) Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Lei nº 9394. Brasília, 20/12/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=78/temid=221>> Acesso em: 04 maio 2008.
- CALLAI, H. Aprendendo a ler o mundo: A Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.
- CALLAI, H. Do ensinar Geografia ao produzir o pensamento geográfico. *In*: Nelson Rego, *et al.* (Org.) **Um pouco do mundo cabe nas mãos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 57-74.
- CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis: VOZES, 1998.
- DINIZ, J. E. **Formação de professores**: pesquisa, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 setembro 2010.
- BAHIA LEI Nº 8.261, de 29/05/02. **Estatuto do magistério público do ensino fundamental e médio do estado da Bahia**. Disponível em: <www.sec.ba.gov.br/arquivos_leg_sec/Lei8261.pdf> Acesso em: 30 outubro 2008.
- SANTOS, D. A. dos. **Desafios e perspectivas do ensino de Geografia**: uma discussão com os alunos das 8ª séries dos colégios Novo Espaço e C. E. F. M. de Santo Antonio de Jesus, BA. 2000. 97 f. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia) Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus, 2000.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Mapas digitalizados do Estado da Bahia**: base de dados. Salvador: SEI, 2008. CD-ROM.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC). **Projeto Político Pedagógico** Resolução Consep nº 7 de 2005. Disponível em: <<http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/geografia/index.php>> Acesso em: 3 outubro 2008.
- VLIZ Maritime Boundaries Geodatabase. **Zona Econômica Exclusiva**. Disponível em: <<http://www.vliz.be/vmdcdata/marbound/download.php>> Acesso em: 30 fevereiro 2009.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DAMACENO FILHO, Ailton Rodrigues; GÓES, Liliâne Matos; ROCHA, Lurdes Bertol. Distorção entre a formação e atuação do licenciado em Geografia nas escolas públicas de Itabuna (BA). **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 129-145, jan./abr. 2011. URL: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>

EDITOR DE SEÇÃO:

Deise Fabiana Ely

TRAMITAÇÃO DO ARTIGO:

✓ Recebido em 13/08/2010

✓ Aceito para publicação em 29/10/2011